

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E FORMAÇÃO DE UMA CULTURA DE CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE EM ÁREAS DE TURISMO

ENVIRONMENTAL EDUCATION AND TRAINING OF A CULTURE OF RECORD ON THE ENVIRONMENT IN AREAS OF TOURISM

Luciléa Ferreira Lopes¹

RESUMO

Discutiu-se a cultura de conservação do meio ambiente, diferenciando conservação de preservação, bem como explanou-se a relação entre educação ambiental e cultura de conservação do meio ambiente, uma necessidade na atividade turística que se reproduz no meio natural e cultural e, ao utilizar esses espaços muitas vezes causa impactos que prejudicam à própria atividade. Abordam-se as transformações ocorridas no espaço geográfico determinadas pelo turismo.

Palavras-chave: Turismo. Educação ambiental. Conservação.

ABSTRACT

Discussed is a culture of conservation of the environment, conservation, preservation differentiating and explained is the relationship between environmental education and culture of conservation of the environment, a necessity in tourist activity that breeds in the natural environment and cultural, and the use these spaces often cause impacts that affect the very It addresses up of changes In certain geographic area for tourism.

Key-Words: Tourism. Environmental education. Conservation

¹ Mestranda em Geografia – UFPR. lucinead@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O turismo é uma prática social que se iniciou há muito tempo, pois desde os séculos XVIII e XIX eram realizadas viagens às principais cidades européias por jovens aristocratas ingleses em companhia de seus preceptores, na qual estas viagens se fundamentam em grandes passeios refletidos de atrativos e prazeres denominados turístico.

Atualmente, o turismo tem se constituído um relevante fator econômico seja de ordem local, nacional e mundial, pois o advento constante de visitantes aumenta o consumo, incrementa a produção de bens, serviços e empregos e, conseqüentemente, a geração de maiores lucros que levam ao aumento de riquezas, pela utilização dos equipamentos de hospedagem e transporte e pelo consumo ou aquisição de objetos diversos, de alimentação e de prestação dos mais variados serviços.

Uma das modalidades do turismo que vem crescendo em ritmo acelerado é o turismo ecológico que tem como principal objeto de consumo os atrativos ligados à exuberância da natureza, de forma racional e comprometidos com a conservação do meio ambiente.

O TURISMO E A SUA INFLUÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

A partir do momento que surgiram os estudos sistematizados da atividade turística, muitas definições têm sido dadas para o turismo. E de acordo com cada tipo de turismo, diferentes áreas do espaço geográfico possuem as marcas dessa atividade.

Do ponto de vista econômico, a primeira definição que se tem registro foi dada pelo economista austríaco Hermann Von Schulbrn, em 1910, que considera o turismo como:

A soma das operações, principalmente de natureza econômica, que estão diretamente relacionadas com a entrada, permanência e

deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região. (ARENDIT, 2000, p. 20)

Andrade (2001, p.38) o conceitua turismo como:

[...] conjunto de serviços que tem por objetivo o planejamento, a promoção e a execução de viagens, e os serviços de recepção, hospedagem e atendimento aos indivíduos e aos grupos, fora de suas residências habituais.

Na definição dada pela Organização dos Estados Americanos – OEA,

Turismo é o movimento migratório, até um limite máximo de 90 dias, seja internacional ou nacional, sem propósito de longa permanência e sem exercício de uma atividade ou profissão remunerada. O objetivo seria de prazer, comerciais ou industriais, culturais, artísticos ou científicos. Não inclui os viajantes que juridicamente entram no país, como é o caso dos passageiros de avião que permanecem nos aeroportos, seja por escala ou conexão ou outras linhas aéreas, nem um movimento unicamente de fronteiras. (RABAHY, 1980 apud ARENDIT, 2000, p.19)

Do ponto de vista formal, a Organização Mundial do Turismo – OMT turismo é:

Uma modalidade de deslocamento espacial que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos uma pernoite de destino, esse deslocamento pode ser motivado pelas mais diversas razões, como lazer, negócios, congressos, saúde e outros motivos, desde que não correspondem a formas de remuneração direta. (CRUZ, 2001, p. 4)

Conforme a conceituação acima, percebe-se, que a OMT considera turismo e viagem como sinônimos, ou seja, o cidadão que viaja para tratar de negócios, por exemplo, mesmo que ele não tenha nenhum momento de lazer em seu destino, será taxado pelas estatísticas de turista da mesma forma que o indivíduo que viaja de férias e usufrui uma variedade infra-estrutura e serviços de lazer disponíveis no lugar receptivo. Por isso, deve-se, compreender que há diferenças importantes entre a forma como o turismo de lazer se apropria dos espaços e os (re) organiza e a forma como outras modalidades de viagem se apropria também dos espaços, conforme Cruz

(2001,p.34) “[...] o turismo, entendemos, é, antes de qualquer coisa, uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo.”

Com a propagação intensa do uso turístico de dada porção do espaço, verifica-se que as paisagens geográficas estão se modificando, adaptando-se sofrendo com as transformações referentes à expansão da atividade turística. Ao se expandir pelo espaço geográfico, a atividade turística construiu novas instalações (infra-estrutura de saneamento básico, hospedagem restaurantes etc), criou ou modificou áreas na qual se interessou e reorganizou relações entre estas áreas e o meio ambiente. Pode-se, afirmar que certas porções do espaço em determinados países e regiões passaram por diferenciações uma das outras, devido à presença da atividade turística. Porém, é importante salientar que antigos centros urbanos receberam nova função ou novos centros foram criados a partir do turismo.

De acordo com Cruz (2001) são pelo menos três porções do espaço geográfico que o turismo acaba transformando diretamente: as áreas de pontos de partida, ou seja, as áreas emissoras de turistas; os espaços de deslocamento e as áreas de atração, ou seja, os núcleos receptores de turistas.

As áreas emissoras de turistas sofrem transformações no plano material e/ ou no plano não-material, através da instalação de infra-estruturas, da transformação de infra-estruturas preexistentes, da mudança no ritmo rotineiro desses locais, da geração de empregos (na multiplicação de agências e operadoras de viagem, o que, leva-se a crer que a geração de empregos associados à atividade turística não acontece somente nos núcleos receptores de turistas), entre outras várias transformações que ocorrem no espaço referente à prática do turismo.

Em relação aos espaços de deslocamento, o turismo cria ou se apropria desses espaços, principalmente no que se refere aos deslocamentos rodoviários. No Brasil, por exemplo, o que a atividade turística tem feito durante muitas década é apropriar-se de rodovias preexistentes que foram construídas

para outras finalidades que não a da prática do turismo. Entretanto, a importância das rodovias para o bom desempenho do turismo já é um fato reconhecido nacionalmente.

Já com relação aos núcleos receptores de turistas, é o espaço do turismo, que mais sofre transformações, dentre elas: a construção ou apropriação de infra-estruturas referentes à hospedagem, equipamentos de restauração, lazer e setor de prestação de serviços em geral, tudo para atender o usuário turista, como ainda salienta Cruz (2001): “[...] não se pode duvidar da capacidade que tem o turismo de mudar os lugares para que ele possa acontecer.”

Ainda, segundo a autora Cruz (2001), existem dois fatores que condicionam na escolha de determinado espaço para o uso turístico: sua valorização cultural pela prática social do turismo e a divisão social e territorial do trabalho. Como a cultura é característica de cada grupo social e variável no tempo, lugares turísticos eleitos hoje podem, não corresponderem aos lugares turísticos de amanhã. Por outro lado, da maneira como e dá a divisão social do trabalho no espaço capitalista, percebe-se, que apenas uma pequena parcela da população pode praticar turismo ou participar diretamente no mercado turístico vendendo sua força de trabalho. Outra parte, ou seja, a maioria da população mundial não tem qualquer contato com a atividade turística (não pratica turismo, não participa direta ou indiretamente da atividade turística e sequer não sabe o que significa turismo).

Entretanto, faz-se necessário saber das modalidades turísticas que levam os indivíduos ao exercício da viagem, do lazer e do repouso, como diz Andrade (2001, p. 60) “[...] as modalidades turísticas existem porque há valores inerentes às formas convencionais e às realidades intrínsecas da própria maneira de ser do turismo”.

Não convém descrever todos os horizontes de classificações possíveis, mas para estabelecer a diferenciação de algumas modalidades turísticas deve-se admitir os seguintes tipos:

O entender de Andrade (2001, p.20) o turismo cultural

[...] abrange exclusivamente as atividades que se efetuam através de deslocamentos para a satisfação de objetivos de encontro com emoções artísticas, científicas, de formação e de informação nos diversos ramos existentes, em decorrência das próprias riquezas da inteligência e da criatividade humana.

O turismo desportivo “[...] praticado por pessoas que vão participar ou assistir a eventos esportivos” (OLIVEIRA, 1998 apud FARIA & CARNEIRO, 2001, p. 91).

O turismo religioso “[...] visitas a receptivos que representam sentimentos místicos ou suscitam a fé, a esperança e a caridade dos crentes ou pessoas vinculadas a religiões.” (ANDRADE, 2001, p. 77)

O turismo rural “[...] praticado em áreas rurais para proporcionar aos visitantes a oportunidade de participar das atividades próprias da zona rural como andar a cavalo, tomar banho de rio, etc.” (OLIVEIRA, 1998 apud FARIA & CARNEIRO, 2001, p. 94).

E, por último, o turismo ecológico que é praticado em áreas naturais proporcionando aos seus consumidores o contato direto com a natureza e procurando preservar e conservar o ambiente visitado.

“Essa evolução do turismo, exprime em cada momento as mudanças que vão ocorrendo na sociedade e em seus particularizados na economia, na cultura, nos costumes, no comportamento, no meio ambiente etc.” (ESTEVES, 2001, p.46).

Mundialmente, o turismo tem se expandido como um fator de desenvolvimento e de grande relevância, tanto pelo que representa do ponto de vista econômico como pelo que representa como uma das principais formas de entretenimento para o homem.

Do ponto de vista econômico, a atividade turística tem contribuído para o crescimento das diversas regiões, ampliando o mercado de trabalho e gerando renda, como destaca Arendit (2000, p. 86):

O dinheiro gerado na atividade turística multiplica-se pela economia possibilitando o aumento da urbanização; o incremento de indústrias ligadas à atividade turística (alimentos, transportes etc); geração de

emprego no setor de serviços turísticos; aumento dos investimentos e conseqüente geração de emprego no setor da construção civil; aumento da demanda por produtos locais (artesanatos etc); incrementa a entrada de divisas no país receptor e permite aumentar a arrecadação de impostos e taxas.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), os recursos movimentados pelo turismo contam-se na casa dos trilhões de dólares; impostos gerados estão na casa de bilhões de dólares; 10% ou mais da força de trabalho empregada em todo mundo é através do turismo. Concentra as maiores cadeias produtivas, impactando cerca de 52 diferentes atividades, e de mais uma infinidade de indicadores positivos. Entretanto, como salienta Ruschmann (1997) se a atividade turística não for planejada e organizada pode provocar impactos negativos em relação ao meio ambiente tais como: a) poluição: do ar-provocada pelos motores, pela produção e consumo de energia; hídrica – pelo lançamento de esgotos urbanos (que pode ser multiplicada em certos locais, em épocas de maior fluxo de turistas) e de veículos de recreio”; de locais de pequenique pela ineficiência ou falta de coleta de lixo; b) poluição sonora-ruídos dos carros e dos próprios turistas; c) destruição da paisagem natural e áreas agropastoris: o crescimento do turismo acarreta a construção de casas de veraneio, equipamentos e infra-estrutura para os turistas; d) degradação da paisagem, de sítios históricos e de monumentos.

Em resposta ao problema da destruição e do descontrole ambiental, vigora-se ultimamente o conceito de um desenvolvimento em escala humana, que tem como objetivo fundamental a promoção de um desenvolvimento socioeconômico eqüitativo e de qualidade ambiental, ou seja, que:

[...] propõe que as necessidades humanas sejam atendidas desde o começo e durante todo o processo de desenvolvimento, ou seja, que o atendimento às necessidades não seja só a meta, mas sim o próprio motor de desenvolvimento. Isto significa que a estratégia do desenvolvimento seja capaz de estimular permanentemente a geração de satisfação sinérgica, desde o processo de mudança e de transformação. (MAX NEEF et al, 1994 apud RODRIGUES, 2002, p. 59).

Encarando o turismo nesta abordagem, caminha-se para o chamado turismo em escala humana, “[...] que objetiva o atendimento das necessidades de lazer dos turistas e de desenvolvimento dos núcleos receptores, preservando o meio ambiente local”. (QUEIROZ, 2001, p. 24). O objetivo principal do turismo em escala humana é a gestão do ambiente, recursos e comunidades locais, moradoras dos núcleos receptores, atendendo às suas necessidades, mantendo sua integridade cultural e preservando o meio ambiente e, conforme a lei nº 6.513, de 1977, regulamentada pelo decreto nº 86.176, de 6/7/1981, que dispõe sobre Áreas Locais de Interesse Turístico (Alit), “[...] todos os planos e programas turísticos deverão assegurar a preservação e valorização do patrimônio cultural e natural e estabelecer normas de uso e ocupação do solo”. (SEABRA, 2001, p. 30).

Esse crescente interesse pela preservação do meio ambiente emerge a partir da década de 60, com a ascendência do movimento ecológico que questiona as condições presentes de vida, segundo afirma Gonçalves (1998, p. 11): “A década de 1960 assistirá, portanto, ao crescimento de movimentos que não criticam exclusivamente o modo de produção, mas, fundamentalmente, o modo de vida”.

Entretanto, é somente na década de 1970, que as questões ecológicas e a preocupação com fatos como a elevação da temperatura global, a destruição da camada de ozônio, a poluição das águas e dos solos desperta a consciência mundial para a necessidade de preservar o meio ambiente. Desde então, a ONU tem realizado conferências para debater questões como desenvolvimento e meio ambiente e ao mesmo tempo buscando soluções alternativas para os principais impactos ambientais globais.

As principais conferências das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente foram: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo em 1972; a Conferência das Nações Unidas sobre o meio Ambiente e Desenvolvimento realizado no Rio de Janeiro em 1992; a Cúpula do Clima e Aquecimento Global em Kyoto em 1997; a Convenção da Desertificação em Olinda em 1999; a Cúpula do Clima e Aquecimento Global

em Haia em 2000 e a Cúpula do Clima e Aquecimento Global em Bonn em 2001.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E FORMAÇÃO DE CULTURA DE CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Ao tratarmos da cultura de conservação do meio ambiente, faremos abordagens conceituais da palavra cultura, assim como da conservação.

Para Holanda (1986, p. 190) Cultura é:

[...] o complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade; civilização. É o desenvolvimento de um fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento desses valores; civilização, progresso.

Este conceito envolve palavras que marcam a formação cultural a partir de regras das sociedades, no campo espiritual e material Santos (1994 p. 33) entende Cultura como sendo:

[...] uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade. É uma construção histórica, seja como concepção do processo social. A cultura não é formada por um conjunto de práticas, não é algo que seja independente da vida em sociedade, não é algo natural decorrente de leis físicas. É produto coletivo da vida humana.

Algumas abordagens Antropológicas têm sido feitas sobre cultura em sua relação com a natureza. Dentre elas a ecologia Cultural que estuda “os processos adaptativo por meio dos quais as sociedades são afetadas pelos ajustes básicos, e através deles o homem utiliza o meio ambiente.” (STEWART, apud DIEGUES, 1995, p. 75).

Existe um rompimento do determinismo e do possibilismo na Ecologia Cultural e a consideração de certos aspectos da cultura estão mais relacionados com o meio. As atividades econômicas, tecnológicas a organização social seriam estes aspectos.

Ecologia Cultural são “diferente estratégias que o homem criou para explorar os recursos naturais e para enfrentar as limitações ecológicas que pesam sobre a reprodução dos recursos naturais e dos próprios grupos humanos” (DIEGUES, 1996, p. 76).

O que é definido como cultura são técnicas, ou seja, a capacidade de atenuar os efeitos negativos à imposições da natureza.

Ainda dentro das abordagens antropológicas têm-se a definição das culturas tradicionais como:

[...] padrões de comportamento transmitidos socialmente, modelos mentais usados para receber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados, além de seus produtos materiais, próprios do modo de produção mercantil. (DIEGUES, 1996, p. 87).

No sentido de algumas palavras, não seriam todas as culturas tradicionais?

Não se transmite hoje modos de vida através de símbolos, produtos materiais e comportamentos sociais? Estas reflexões o talvez devam ser feitas para detectarmos as diferenças entre culturas tradicionais e culturas modernas.

CONSERVAÇÃO DO MEIO

Contraopondo-se à preservação dos recursos naturais, que é a “[...] reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem e proteção da natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano” (DIEGUES. 1998, p. 30); a conservação se define pelo uso adequado e criterioso dos recursos naturais. E a luta pela conservação do ambiente natural, ou de partes e aspectos dele, contra as pressões destrutivas das sociedades humanas.

A reflexão importante acerca do conservacionismo está ligado aos motivos de cada grupo de defensores da natureza, que vão desde razões estéticas, econômicas e afetivas, assim como de consciência da importância da natureza para a sobrevivência da espécie humana.

Já no século XIX, foram sintetizadas as visões de conservação por Gifford nos Estados Unidos, que criou o movimento de conservação dos recursos, apregoando o seu uso racional. Acreditava que a conservação deveria “basear-se em três princípios: 1 – o uso dos recursos naturais pela geração presente; 2 – a geração presente; a prevenção de desperdício; 3 – uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos”. (PINCHOT apud DIEGUES, 1996, p. 29).

O pensamento de Pinchot foi um dos primeiros movimentos teórico-prático do desenvolvimento sustentável é que deve procurar o maior para o benefício da maioria, incluindo as gerações futuras, mediante a redução dos dejetos e consumo dos recursos naturais não renováveis, assegurando a produção máxima.

Por todo o anterior exposto sobre cultura e conservacionismo, definimos como cultura de conservação do meio ambiente, procedimentos de qualquer grupo social, suas práticas, seu fazer um contexto natural e Sócio-Econômico que visa garantir a integridade ambiental presente e futura, o conjunto de conhecimento do funcionamento da natureza que venham desenvolver a valorização da mesma pelo homem.

No Brasil as entidades de conservação iniciam com o pensamento dos preservacionistas que as entidades de conservação mais antigas como a FBCN (Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza), criada em 1958, e outras mais novas a Biodiversitas, Funatura, Pronatura entre outras. Esses grupos são formado por profissionais oriundo da área das ciências naturais que julgam como negativa a influência do homem na natureza. Seguem a ideologia Norte Americana de preservacionismo. Não acreditam que os parques e as reservas ecológicas possam proteger além da diversidade biológica, a cultural.

Alguns destes ativistas naturalistas e pessoas endinheiradas de orientação filantrópica reuniram-se em 1958, na Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, com sede no Rio de Janeiro. Essa organização faz parte da pré-história do ecologismo brasileiro, já que seus objetivismo e modo de atuação foram estritamente

conservacionista, na linha das sociedades protetoras de animais, surgidas em vários países no séc. XIX. (VIOLA apud DIEGUES, 1996. p. 126).

A admiração da natureza, juntamente com a preocupação em protegê-la, culminou em se organizar uma orientação educacional, objetivando a mudança de mentalidade do homem em sua relação com a natureza.

Considerando que no século XX os avanços tecnológicos, foram responsáveis pelas grandes alterações do meio ambiente, muitos estudiosos, chamaram atenção com seus trabalhos de observação dessas alterações.

Dias (1992, p. 20) cita entre outros: Aldo Leopoldo (1949), com um artigo chamado atenção para a necessidade de uma ética de uso dos recursos da terra. Rachel Carson (já citado neste trabalho). E Albert Scheitzer (1954), que ganhou o Prêmio Nobel da Paz, por popularizar a ética ambiental.

O autor citado é referência, de várias organizações como: o clube de Roma (1972), que publicou um relatório “Os limites de crescimento“, denunciando a relação entre consumo e esgotamento dos recursos naturais; a Conferência de Estocolmo, que reconhece a importância da Educação Ambiental como um elemento crítico para o combate à crise ambiental; o encontro de Belgrado, onde se formulou os princípios e orientações para um programa internacional de Educação Ambiental. Nesse encontro, foi formulada a carta de Belgrado que mostrava a necessidade de uma nova ética global, capaz de promover a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição e censurava o desenvolvimento de uma nação sobre outra; Conferência de Tbilisi, Geórgia (1997), que produzir um documento técnico com finalidades e objetivos, princípios orientadores e estratégias para o desenvolvimento para a Educação Ambiental.

Ao regulamentar a Educação Ambiental o Brasil comete o pecado de pensar a Educação Ambiental como uma disciplina contrariando a própria orientação de Tbilisi sobre a necessidade de se aplicar um enfoque interdisciplinar à Educação Ambiental.

“Emanada de uma disciplina, a Educação Ambiental perderia a maior parte do seu potencial inovador, integrador e revolucionário até” (DIAS, 1998, p. 23).

Com a promulgação a Constituição em 1988, a Educação Ambiental foi assumida como obrigação nacional, sem ser tratada como disciplina, o que favoreceu um exercício interdisciplinar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações de planejamento da atividade turística são organizadas por profissionais de diversas áreas seguindo a necessidade e o caráter interdisciplinar da referida. O papel desses profissionais é agregar idéias do uso sustentável do meio para o exercício dessa atividade. Nessa tendência, percebe-se a importância do educador com projetos de orientação para uma educação ambiental que visa contribuir para a formação de uma cultura de conservação do meio ambiente.

Como atividade econômica, mas principalmente social, o turismo é praticada por uma sociedade que há muito vem degradando a natureza necessitando sempre de uma discussão da relação homem-natureza .

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Jose Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2001.

ARENDIT, Edinilson José . **Introdução à economia do turismo**. 2. ed. Campinas: Ática, 200

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

FARIA , Doris Santos de; CARNEIRO, Kátia Saraiva. **Sustentabilidade ecológica no turismo**. Brasília: UNB, 2001.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1998.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

MAX-NEEF, Manfred A. et al. “Desarrollo a escala humana”. In: RODRIGUES, Adyer Balastrieri (Org). **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

OLIVEIRA, A. “Turismo & desenvolvimento”. In: FARIA , Doris Santos de; CARNEIRO, Kátia Saraiva. **Sustentabilidade ecológica no turismo**. Brasília: UNB, 2001.

VIOLA, Eduardo J. **A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991**: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, Daniel Joseph. 2. ed. Campinas: UNICAMPI, 1995. 234p.

QUEIROZ, Odaléia Telles Marcondes Machado. “Ecoturismo em Bonito-MS: um espaço em processo de massificação”. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Campinas, n.1, jan./jun. 2001.

SEABRA, Giovanni de Farias. **Ecos do turismo**: o turismo ecológico em áreas protegidas. Campinas: Papyrus, 2001.



DIAS, Genebaldo Freire. **Atividade interdisciplinares de educação ambiental.** São Paulo: Global, 1994. 111p.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1996. 169p.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994. 190p.